



N. 4

REVISTA
CAMPOS MONTEIRO
história património cultura



Torre de Moncorvo
2009

Palimage
Imagem Palavra

Ficha Técnica

Directora	Adília Fernandes
Subdirector	José Alfredo Sousa
Conselho de Redacção	Adília Fernandes, José Alfredo Sousa, Maria da Assunção Carqueja Rodrigues, Maria da Conceição Salgado
Conselho Editorial	Adélio Amaro, Adília Fernandes, Adriano Vasco Rodrigues, Anunciação Matos, Carlos d' Abreu, Carlos Seixas, Fina d' Armada, Gaspar Martins Pereira, Graça Abranches, José Marques, Júlia Guarda Ribeiro, Justino Magalhães, Maria da Assunção Carqueja Rodrigues, Maria da Conceição Salgado, Maria Engrácia Leandro, Maria Helena Alvim, Maria Ivone da Paz Soares, Maria Marta Lobo de Araújo, Maria Otilia Pereira Lage, Odete Paiva, Paula Mateus, Ricardo Silva, Sónia Diz Rodrigues, Virgílio Tavares
Conselho Científico	Adriano Vasco Rodrigues, Fernando Machado, Fernando de Sousa, José Marques, José Viriato Capela, Maria Norberta Amorim, Norberto Cunha
Propriedade	Associação dos Alunos e Amigos do ex-Colégio Campos Monteiro
Edição	Palimage
Capa	Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, fotografia s/data do acervo do Núcleo Museológico da Fotografia do Douro Superior, Torre de Moncorvo, gentilmente cedida pelo seu proprietário – Arnaldo Silva
Apoio	CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória; Cordeiros Galeria; Município de Torre de Moncorvo
Contactos	Associação dos Alunos e Amigos do ex-Colégio Campos Monteiro 961833810; e-mail: lilabento@sapo.pt Terra Ocre - edições Apartado 10032 3031-601 Coimbra Tel. / Fax 239 087 720 e-mail: palimage@palimage.pt site: www.palimage.pt
ISSN	1646-2181
Depósito Legal	227022/05
Data de edição	Dezembro 2009
Execução Gráfica	Palimage / Publito

Revista

Campos Monteiro

história, património, cultura

4

Palimage
Imagem Palavra

O contributo das Memórias Paroquiais para o conhecimento da religiosidade popular portuguesa

Maria Marta Lobo de Araújo *

O rastreio efectuado às paróquias portuguesas em 1758 colheu uma informação preciosa para a vida das comunidades locais, destacando as potencialidades do inquérito que lhes foi dirigido.

A vida religiosa ganha expressão nas questões n.ºs 6, 13 e 14 do inquérito, tornando possível conhecer e analisar o equipamento religioso das populações, as devoções, a sua prática religiosa e ainda melhor apreender a distribuição geográfica do devocionário.

Contrariamente a outros relatores, os párocos do actual concelho de Lousada não foram muito pródigos em informação sobre as práticas religiosas dos seus fregueses, fazendo apenas uma memória sucinta das suas realizações e do envolvimento dos fiéis. Esta circunstância, limitamos a análise, embora seja possível uma aproximação ao fenómeno.

Estiveram, contudo, mais activos na descrição das igrejas paroquiais não admirando o relevo que lhes foi dispensado. Centro de todas as atenções, as igrejas paroquiais eram quase sempre os principais templos da localidade, onde se faziam os grande projectos de obras e onde se localizavam alguns dos mais importantes cultos.

Destacaram também as capelas existentes, referindo, quando oportuno, as adorações que nelas se encontravam.

* Professora do Departamento de História da Universidade do Minho.

Das diversas freguesias que compõem o actual concelho de Lousada, apenas nove possuíam mais que três altares. Assim, as paróquias de Boim, Lodares e Vilar do Torno tinham igrejas com quatro altares cada, enquanto que as de Cristelos, Lustosa, Meinedo, Silvares, Nogueira e Sousela estavam dotadas de cinco altares cada.

As informações sobre os edifícios de culto são também muito escasas, embora se saiba que algumas igrejas tinham apenas uma nave, como acontecia em Aveleda, Nevogilde e Pias. Já a igreja de Covas possuía duas naves e sobre as restantes foi mencionado que “não tem nave”¹.

Sobre algumas foi ainda referido serem pequenas, como é mencionado para a de Cernadelo.

Estruturas de pequena dimensão, as igrejas reflectiam o tamanho das freguesias em que se encontravam implantadas, bem como as possibilidades económicas dos seus fregueses. Alguns relatores falam da pobreza dos moradores para justificarem a falta de confrarias ou de outros equipamentos religiosos.

Sobre o local em que se encontravam situadas, as menções, quando existem, são muito sucintas, embora em alguns casos sejam bem sugestivas. O abade Francisco Álvares de Azevedo referiu que a igreja da sua paróquia distava da casa mais próxima “hum tiro de espingarda para a parte Norte e [...] do primeiro morador para a parte Poente dous tiros”.

Mais distante do povoado encontrava-se a igreja de Abadia, localizada “solitariamente quasi fora da freguezia”, sendo que o vizinho mais próximo se encontrava distante “a três tiros de espingarda”, assim a localizou o reverendo Manuel Nunes Neto.

As igrejas estavam quase sempre situadas em lugar destacado e afastadas do aglomerado populacional. As habitações mais próximas eram normalmente a residência paroquial, quando existia, e, por vezes, a casa de habitação do caseiro do passal.

¹ José Viriato Capela; Henrique Matos, Henrique; Rogério Borralheiro, *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, ICS, 2009, pp. 293-335.

Qualquer que fosse o espaço geográfico em que o edifício estava situado, a igreja ocupava um lugar fundamental na estruturação da vida das populações locais. A sua centralidade provinha da necessidade da cura das almas e do objectivo último de todos os homens que consistia na sua salvação. Imperativo maior que tornava os homens pios, a salvação da alma fazia-os gravitar em torno do sagrado, na esperança do perdão dos pecados e de com ele acederem ao reino celestial.

Mas o poder da igreja ia muito para além da protecção espiritual dos fiéis. Materializava-se na capacidade de reunião dos fregueses, nas manifestações de culto, nas instituições que albergava e ainda no poder que o pároco e os equipamentos religiosos expressavam.

Células de maior ou menor dimensão, as paróquias constituíam na Idade Moderna marcos importantes de identificação que tinham na igreja o epicentro de reunião, sendo simultaneamente gerador de sentimentos de pertença.

Para além das igrejas, quase todas as paróquias estavam apetrechadas com capelas ou ermidas: umas pertencentes às freguesias, enquanto outras eram propriedade particular. O concelho de Lousada possuía em 1758, 56 capelas ou ermidas, sendo 31 pertença da freguesia, 24 de particulares ou administradas por particulares e uma, situada na freguesia de Cernadelo, que estava ao cuidado da Câmara. O estatuto desta capela não é perceptível. O pároco informa apenas que era ornamentada pelo Município.

Comparando a pequenez das igrejas com o número de capelas ou ermidas, este último não deixa de ser significativo e até de certo modo estranho.

Com excepção das freguesias de Nogueira e Vilar do Torno, que não possuíam à época nenhuma capela ou ermida, todas as restantes estavam dotadas deste equipamento religioso. O número de capelas ou ermidas administradas por particulares assume também particular relevo. Num concelho com 23 freguesias, ter 24 capelas particulares ou administradas por eles parece evidenciar a existência de proprietários com posses. Sobre algumas é mencionado integrarem quintas ou grandes quintas como ficou referido num caso apenas.

A existência de capelas particulares está associada à representação do poder e prestígio de algumas famílias, mas também à “privatização” da oração. A valorização do recolhimento, do silêncio e do “encontro” com Deus ganhou adeptos junto dos fiéis, sensibilizando-os para a prática da oração mental².

Esta prática trouxe alterações à vida dos fiéis, originando comportamentos mais intimistas e criando lugares onde esta oração fosse possível.

O surgimento de oratórios e capelas particulares responde a uma espiritualidade individualizada, onde o silêncio e a reflexão convidam à contemplação e à oração.

Nestes lugares de culto eram colocadas imagens onde os fiéis oravam. Em algumas capelas do concelho de Lousada os fregueses estavam organizados em confrarias e tinham culto regularmente.

Por todo o país e no império foi espalhada esta modalidade de rezar, criando-se novos espaços orantes e respondendo a uma religiosidade mais intimista.

O inquérito faz ainda luz sobre o estado de conservação dos edifícios. Para algumas igrejas é mencionado terem sofrido obras de remodelação recente, ou estarem a precisar de restauro. Já outras se encontravam em escombros. A única capela que existiu na freguesia de Nogueira estava em 1758 “alagada”. As únicas informações de relevo dizem respeito à existência de altares com talha dourada em algumas igrejas e às pinturas “raras” feitas por três irmãos do termo de Guimarães, existentes na igreja de Lustosa.

A população do concelho de Lousada tinha, pois, um número significativo de igrejas e capelas ou ermidas onde assistia ao culto, fazia preces e outras manifestações de religiosidade popular que ocorriam ao longo do ano, ritualizando a fé e a prática religiosa.

² Veja-se para este assunto João Francisco Marques, “Orações e devoções”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 603.

As devoções organizavam-se em diferentes espaços, corporizando um calendário litúrgico que se desenrolava ao longo do ano e materializando uma relação afectiva que se mantinha com os santos, originando romarias, clamores, peregrinações e festas³.

Estas devoções expressavam-se no imaginário que repousava nos altares das igrejas e das capelas, mas também se intensificaram nas confrarias.

As adorações mais veneradas eram a de Nossa Senhora, na invocação de Nossa Senhora do Rosário, Santo António, S. Sebastião, S. José, Santa Ana, S. Gonçalo e o Menino Jesus. Todavia, o devocionário era extenso e materializava-se nas imagens que se encontravam espalhadas nas igrejas paroquiais e nas capelas ou ermidas.

O culto ao Santíssimo Sacramento, a Nossa Senhora e às Almas foi reforçado em Trento, fazendo enxamear estas três adorações ao longo dos séculos que se seguiram.

No actual concelho de Lousada, estas três invocações ganham igualmente relevo, sendo certo que o culto a Nossa Senhora atingiu expressão maior, ramificando-se num alargado conjunto de títulos: da Ajuda, do Pilar, da Conceição, da Oliveira, do Carmo, da Consolação, da Piedade, do Amparo, da Lapa, do Bom Sucesso, da Assunção, das Neves, dos Remédios, da Penha de França, de Guadalupe e da Glória.

Na cadeia das invocações, Nossa Senhora assume um lugar privilegiado enquanto mãe de Jesus e simultaneamente mãe dos homens. Por sua vez, ela é no imaginário popular o ideal de mulher, o exemplo a seguir por todas as mulheres. Estabelecia-se assim uma relação de grande proximidade com todos os santos, mas particularmente com a Virgem Maria a quem se recorria nas horas de aflição, mas também a quem se agradecia as graças recebidas.

A piedade mariana expressava-se ainda na hora da morte, quando se registavam as últimas vontades. Entregava-se-lhe a alma, para que

³ Confira-se José da Silva Lima, “Religiosidade popular”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 111.

intercedesse junto de Deus e como mãe de Misericórdia contribuísse para o perdão dos pecados⁴.

A forte presença do culto mariano encontra-se já comprovada em todo o Minho e em Trás-os-Montes para este período⁵. Este crescimento foi feito um pouco à custa da diminuição do papel ocupado pelos santos padroeiros, tendo a Virgem Maria alargado a sua “funcionalidade”, desdobrando-se em muitas invocações. Ganhou ainda visibilidade nas imagens, nos altares e nas associações e cerimónias religiosas⁶.

A devoção a outros santos está muito patente não apenas nas imagens que povoam os altares das igrejas e das capelas ou ermidas como acontece com os santos já mencionados, devocionário que recolhe muitos crentes e se expressa nas manifestações de religiosidade popular que decorrem ao longo do ano.

Várias destas imagens, pelo significado que têm para os crentes, agregam os fiéis à sua volta muitas vezes no decurso do ano, ou pelo menos no dia da festa⁷. Estas práticas atestam a necessidade do homem ter uma ligação próxima à santidade, mas igualmente uma relação afectiva que se mistura com o sagrado.

⁴ João Francisco Marques, “Orações e devoções”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, pp. 627.

⁵ Veja-se José Viriato Capela, *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, FCT, ICS, 2003, pp. 733-757; Capela, José Viriato (coord.), *As freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Casa Museu de Monção, ICS, 2005, pp. 867-870; José Viriato Capela; Matos, Henrique; Rogério Borralheiro, *As freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, FCT, ICS, 2006, pp. 663-670; José Viriato Capela; Henrique Matos, Rogério Borralheiro; Carlos Prada, *As freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, ICS, 2007, pp. 835-843.

⁶ Leia-se a propósito Carlos Ferreira de Almeida, “O culto a Nossa Senhora, no Porto, na época moderna”, in *Revista de História*, 2, 1979, p. 15.

⁷ Consulte-se Isabel Luísa Morgado de Sousa Silva; Isilda Maria Braga da Costa Monteiro, *Lousada. Percursos de Memória*, Paredes, Câmara Municipal de Lousada, 2008, pp. 71-75.

Em muitas ocasiões, os párocos referem as peregrinações e romagens que os fiéis faziam aos santos⁸. Vindos da paróquia ou das freguesias vizinhas, as romagens juntavam sempre muitos populares para venerarem os santos da sua devoção. Na freguesia da Aveleda, a imagem de São Bartolomeu, sedeadada na capela da mesma invocação, exercia uma forte atracção de populares, sobretudo no dia da sua festa, mas também noutros dias. Romagem maior ocorria ainda em Agosto para venerar Santo Ovídio numa romaria que se prolongava por três dias.

Para além das festas, os domingos, dias de pausa no trabalho, eram também ocasiões para cuidar do espiritual e dar azo a práticas de religiosidade popular. Em Boim, quase todos os domingos e dias santos os populares visitavam a imagem do Senhor dos Desamparados, onde rezavam e faziam novenas. A celebração de missa nos altares onde se encontravam as imagens constituía mais um motivo para as populações se abeirarem dos seus santos. Era, pois, a devoção popular que motivava as festas, as romagens, os clamores, a compra de imagens, de alfaias religiosas, a manutenção do templo e o pagamento ao sacerdote. Era ainda nesta paróquia que os fiéis realizavam uma festa a São Jorge que integrava missa cantada, sermão e procissão. Associada à festa, ocorria ainda uma feira de bois. Os animais eram trazidos pelos donos para junto do santo, servindo a ocasião para directamente lhes solicitarem protecção⁹.

Em Silvaes, freguesia cabeça do concelho, era a Câmara quem se responsabilizava pela festa anual a São Francisco de Bórgia. Realizava-se a 10 de Outubro com missa cantada, sermão e procissão e contava com a presença dos camaristas e de um representante de cada casa do concelho, por ordem régia de 1756. Esta determinação garantia uma manifestação grandiosa de fé, na glorificação que se fazia a São Francisco.

O culto das relíquias era frequente na Idade Moderna, tornando-se responsável por uma grande mobilidade de crentes em direcção ao local

⁸ Leia-se António Mesquita, “Os romeiros do Vale do Neiva”, in *Barcelos. Revista*, 2ª série, nº 1, 1990, pp. 231-245.

⁹ José Viriato Capela; Henrique Matos; Rogério Borralheiro, *As freguesias do Distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758: Memórias, História e Património*, Braga, 2009, p. 968.

onde o culto estava sedado. Na freguesia da Aveleda, a relíquia de Santo Amador, considerada “milagroza” era venerada com grande devoção e fazia com que muitos populares se deslocassem para junto dela rezar.

Uma outra modalidade era a dos clamores. Em certas épocas do ano, os populares deslocavam-se para fazer adoração a uma invocação, sendo esta expressão de fé corrente em muitas paróquias¹⁰. Estas manifestações de súplica podiam ocorrer também no dia da festa do padroeiro e congregavam todos os que num determinado momento imploravam o sobrenatural para os amparar e proteger do que os atormentava¹¹.

Às romagens e os clamores associavam-se as peregrinações e as festas. Rituais cumpridos por devoção, não por obrigação, como vincavam alguns sacerdotes.

As confrarias eram responsáveis por um culto organizado e preparado para honrar uma certa invocação. Enquadrados em instituições de leigos, os fiéis do actual concelho de Lousada davam corpo a um ténue movimento confraternal. Embora espalhadas pelas igrejas (36) e capelas ou ermidas (4), as irmandades existentes são, quando comparadas com as de outros concelhos já estudados para o mesmo período, em número reduzido. Sobre algumas é ainda mencionado o seu estado de pobreza. As associações com mais expressividade eram as das Almas, as de Nossa Senhora do Rosário, as do Santíssimo Sacramento e as do Subsino. Eram também as mais representadas em quase todas as paróquias de seiscentos e setecentos.

O movimento confraternal surgiu na Idade Média e foi renovado na Época Moderna, quando estas instituições medievais se encontram em crise e necessitavam de profunda alteração. Essencialmente viradas para o culto, as confrarias modernas perderam grande parte da sua vocação caritativa e ganharam espaço no campo da promoção do

¹⁰ Para um melhor conhecimento dos clamores leia-se Franquelim Neiva Soares, *A Arquidiocese de Braga no século XVIII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais*, Braga, ICS, 1997, p. 562.

¹¹ Franquelim Neiva Soares, “Cataclismos, medo e piedade. Votos e clamores na arquidiocese de Braga (1550-1900)”, in *Piedade Popular. Sociabilidades-Representações e Espiritualidade. Actas*, Lisboa, Terramar, 1999, pp. 453-455.

devocionário popular. Estas instituições cumpriam outras funções não menos relevantes, como por exemplo, a construção e reforço de identidades, reforço dos processo de integração e coesão social, ao mesmo tempo que criaram oportunidades de sociabilidade onde as festas, as peregrinações, as romarias e os clamores assumiram um grande significado¹². Simultaneamente, formaram círculos de poder local, criando espaço para outros grupos sociais se afirmarem e desenvolverem solidariedades sobretudo entre os seus membros¹³.

Estas associações tiveram um papel muito relevante em termos religiosos e sociais, contribuindo em larga escala para um maior dinamismo da vida religiosa das populações locais.

Nas Memórias Paroquiais de Lousada, o desempenho das confrarias é visível principalmente enquanto promotoras de culto, ganhando realce particular as festas em torno do santo padroeiro.

A comemoração do orago coincidia normalmente com as eleições dos corpos gerentes e celebrava-se com uma festa. Todavia, na confraria do Santíssimo Sacramento de Avelada realizavam-se duas festividades: uma feita pelos mesários que assinalava o fim do seu mandato e uma outra que marcava o início de funções dos novos corpos directivos. Ritos de passagem a demarcarem o fim e o início das actividades dos corpos gerentes desta instituição.

As confrarias das Almas são instituições especialmente vocacionadas para a salvação das almas e para o culto dos mortos. Os homens da Idade Moderna inscreviam-se nestas associações com o objectivo de conseguirem mais esforços na “família invisível” a que pertenciam e, desta forma, mais facilmente alcançarem a graça salvífica. Em várias capelas, encontrava-se a representação das almas em painéis pintados, chamando a atenção para os horrores do Inferno e para o sofrimento em que as almas se encontravam.

¹² Pedro Penteadó, “Confrarias portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação”, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 7, 1995, p. 15.

¹³ Estas funções encontram-se em José Viriato Capela, “Confrarias”, in *As freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758*, p. 594.

A preparação da morte e a prestação de serviços aos mortos, desde logo a mortalha para o corpo, missa de corpo presente e acompanhamento fúnebre eram aspectos garantidos por estas instituições. A força da morte estava tão presente que em algumas destas confrarias havia defuntos inscritos como membros avivando a imploração pelas suas almas e fazendo recair nelas mais sufrágios.

Os crentes agremiados procuravam congregar esforços para, através das suas súplicas, tirar as almas do sofrimento do Purgatório. Considerado um lugar de passagem, de onde as almas podiam ser remidas, era possível resgatá-las através de súplicas, ofícios divinos e do exercício da caridade. A igreja católica assumiu um lugar importante de intermediária entre os vivos e os mortos enquanto as confrarias, sobretudo as das Almas se transformaram em patrocinadoras de benefícios espirituais que almejavam resgatar as almas do fogo do Purgatório. Movidos por sentimentos de compaixão para com as almas sofredoras, os fiéis organizaram-se em instituições especialmente vocacionadas para sufragar as almas¹⁴.

Culto maior, o Santíssimo Sacramento serviu de mote para incentivar os fregueses a pertencerem a estas confrarias e a beneficiá-las com as suas esmolas. Esta era uma forma de tornar viáveis estas instituições, ao mesmo tempo que se incrementava a agregação dos fiéis em movimentos colectivos de veneração ao culto.

Presentes em muitas comunidades, embora com distintas expressões em termos paroquiais, as irmandades tornaram-se um instrumento de enquadramento dos leigos na Igreja.

As confrarias do Santíssimo Sacramento objectivavam a devoção da eucaristia, principalmente através de acções como a exposição e veneração deste culto. Muito associadas a assembleias de crentes, estas ocasiões significavam igualmente a oportunidade de dar origem a

¹⁴ Leia-se Maria Marta Lobo de Araújo, "Rezar e cantar pelos vivos e pelos mortos: as confrarias das Almas do Pico de Regalados no século XVIII", in *Boletim Cultural*, n.º 1, Câmara Municipal de Vila Verde, 2005, p. 225.

outras práticas religiosas, de que se destacam as procissões, responsos e missas¹⁵.

O culto da comunhão foi desenvolvido com a Reforma católica e está largamente associada às confrarias do Santíssimo Sacramento¹⁶. O banquete espiritual encontrava-se disponível para todos, mas para se lhe aceder era necessário reunir condições, como, por exemplo, fazer previamente a confissão.

A oração estava presente em todas estas associações, mas as irmandades de Nossa Senhora do Rosário eram particularmente vocacionadas para a reza do terço. Os irmãos juntavam-se para orar em comunidade e eram obrigados a fazê-lo também individualmente¹⁷. A oração do rosário não estava confinada aos espaços sagrados. Devia ser efectuada no seio das famílias e ao longo do percurso das procissões ou de outras manifestações de culto. Podia ainda ocorrer em monólogo, mas era uma "oração eminentemente comunitária", que agregava os fiéis à sua volta¹⁸.

Muitas irmandades estudadas encontravam-se em dificuldade financeira, fazendo adivinhar o percurso trilhado ao longo da segunda metade do século XVIII. Quase todas eram suportadas pelos seus membros, denunciando outra falta de rendimentos que não fossem as quotas de entrada, os anuais e as esmolas dos irmãos. Como os párocos frequentemente referiram, eram sustentadas pelos seus membros, não conseguindo efectuar grandes programas festivos, nem mesmo grandes obras nos seus altares ou capelas.

¹⁵ François Lebrun, "As Reformas: devoções comunitárias e piedade individual", in Ariès, Philippe; Duby, George (dir.), *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990, pp. 89-98.

¹⁶ Veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)*, Vila Verde, ATAHCA, 2001, p. 25.

¹⁷ Consulte-se Marie-Hélène Froeschle-Chopard, "La devotion du rosaire a travers quelques livres de piété", in *Histoire, Economie, Société*, vol. 10, n.º 3, 1991, pp. 311-324.

¹⁸ Para uma análise mais aprofundada sobre a oração do rosário consulte-se João Francisco Marques, "Rituais e manifestações de culto", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, pp. 581-582.

Apesar do fervor religioso que se encontra presente nas Memórias é já possível compreender as mudanças operadas em Setecentos no campo religioso. Estes sinais são ainda ténues, mas não devem ser ignorados. A falta de romagens em algumas paróquias do concelho de Lousada, ou o seu desaparecimento, como se verifica em Alvarenga, quando é dito que “as romagens destas imagens se acabaram” e tudo o resto está em “demenuição de concurço”, faz sentir um tempo de mudança e a aproximação de um período em que a igreja católica será confrontada com novos ideais.

Através dos relatos paroquiais, é possível analisar as dinâmicas da religiosidade popular das populações de Lousada em meados do século XVIII. Apesar das particularidades existentes, não é discutível a sintonia registada entre a sensibilidade religiosa desta população e a das populações já estudadas. Contextos sociais, mentais e religiosos similares deram origem a resultados muito semelhantes, embora expressos em diferentes modalidades.

Manancial de informação, as Memórias Paroquiais de 1758 constituem uma prestimosa fonte não apenas para os diferentes aspectos aqui abordados, como disponibilizam elementos preciosos para outras abordagens.